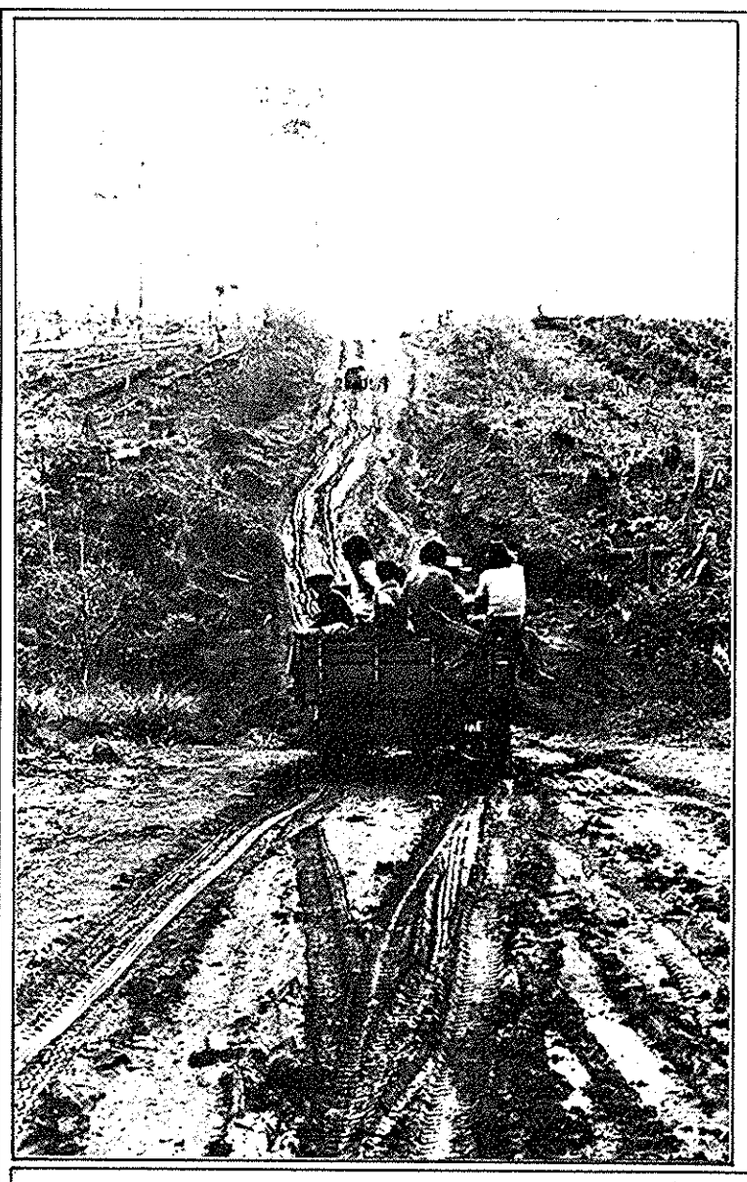
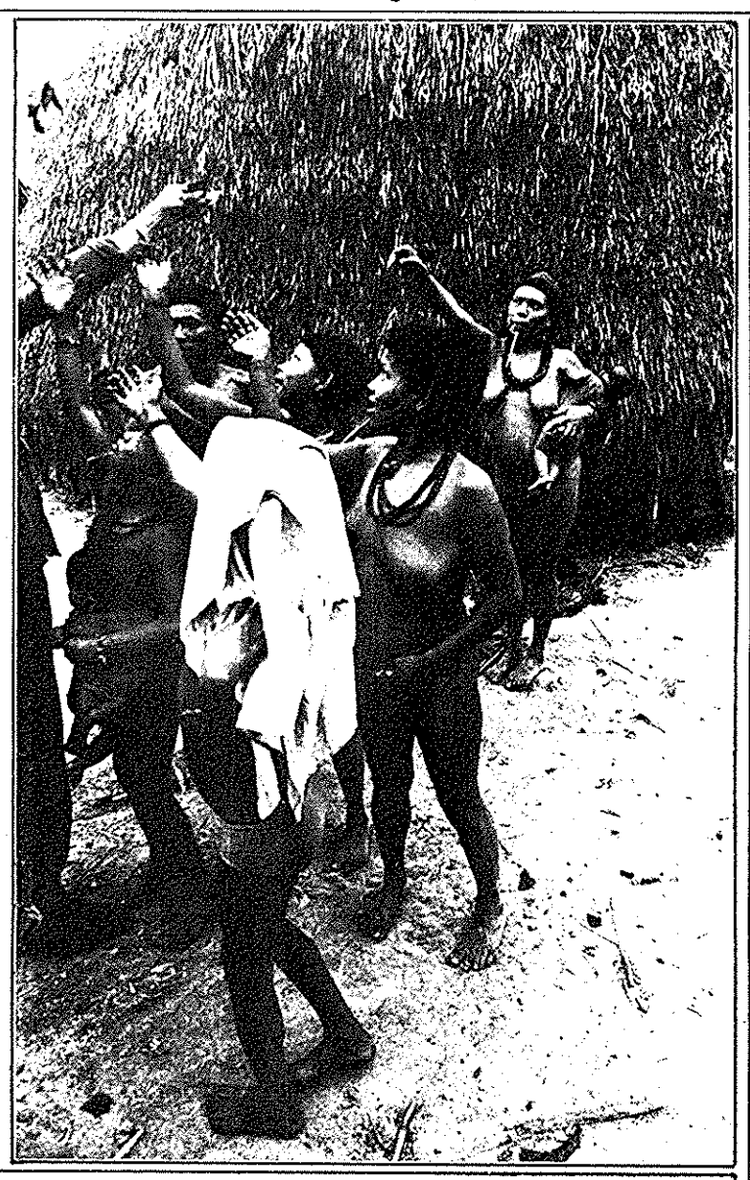
Acervo ISA

RONDÔNIA

São cerca de 250 mil quilômetros quadrados, quase que totalmente cobertos pela mata amazônica ainda. Mas o ritmo do desmatamento é tão grande que, se for mantido, dentro de 20 anos não existirá mais vegetação ali.
Por João Meirelles Filho.





Fotos: Marcos Santilli

"A aquela região é fértil em rios, que poderiam fornecer energia quase ilimitada a grandes comunidades industriais... A região ofereceria excelentes oportunidades aos colonos do melhor tipo: construtores, empreiteiros e homens de negócio com visão e sagacidade... A região, quando dominada, será excelente ponto para a colonização branda, porém a conquista destes lugares é um trabalho horrível para homens e animais. O pequeno lavrador pioneiro, quando proprietário da terra que cultiva com suas próprias mãos, é o maior fator de desenvolvimento de qualquer país. São os verdadeiros colonos e reais conquistadores das selvas..."

Estas palavras de Theodore Roosevelt, escritas em 1918, após a expedição à região hoje ocupada por Rondônia e Noroeste mato-grossense provam a permanência do espírito que conquistou toda a América nos últimos 500 anos. A única diferença, no caso da ocupação de Rondônia, segundo outro viajante, desta década, Marcos Santilli, que encerra amanhã uma exposição de fotografias sobre este novo Estado no Centro Cultural, é a velocidade, dez, cem vezes maior de seu processo.

Uma coisa é ocupar o Oeste norte-americano em um século — afirma Marcos Santilli. — Outra, é destruir a maior riqueza da Humanidade: a natureza, sua mais importante floresta, a amazônica, que abriga 1/3 das espécies vivas.

A ocupação da Amazônia é o maior crime cometido pela ditadura militar. Rondônia é a maior farsa a que estamos entregues, curiosos diante de seus números mirabolantes, mas desapercebidos do mal que estamos causando ao futuro da Nação e da Humanidade. Para o coordenador de avaliação do programa governamental Polonoroeste, José Juliano de Carvalho, "estamos eliminando a possibilidade de construir uma cibilização viável. Rondônia está virando um grande pasto".

Como no Sul

Realizamos uma opção muito perigosa: trocamos o pesquisador pelo derrubador de mato, um amplo programa de conhecimento e planejamento da região por sua ocupação espontânea, destrutiva e conflitiva. Esta é uma opção sem retorno. Uma vez destruída a natureza, ela está perdida para sempre.

Curiosamente, Rondônia possui a mesma superfície terrestre que o Estado de São Paulo, cerca de 25 mil km². São Paulo já teve 80% de seu território coberto de florestas, hoje elas mal somam 3%. Rondônia, por sua vez, ainda tem grande parte coberta pela mata amazônica. A velocidade de sua destruição, entretanto, é a maior até hoje em toda a História do Homem.

Até 1975 apenas 0,5% de Rondônia havia sido desmatado. Em 1980 esta porcentagem subiu para 3,1%, dois anos depois, em 1983, saltou para 5,7% e em 1984, para 7%. Se for mantido o mesmo ritmo de desmatamento não haverá mais florestas em Rondônia em menos de 20 anos. Não se pode esquecer que estes são dados oficiais, baseados em leituras de fotografias de satélite, reconhecidamente subestimados.

E por que esta febre de destruir todas as florestas? É muito simples: o interesse é o enriquecimento imediato, a posse da maior quantidade possível de terras, a venda de toda a madeira de lei encontrável. Para tanto, não se respeitam os índios, os antigos habitantes da região, a natureza, os dez mil anos de conhecimento sobre a floresta, nada. É uma cultura engolindo outra, sem lhe oferecer qualquer chance de sobrevivência, denuncia Marco Santilli. E mais, o governo apóia este tipo de ocupação. A destruição de Rondônia é uma destruição oficial. Desmatar é benfeitoria para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)!

Este imediatismo ainda vem revestido de patriotismo, pioneirismo, com a mesma visão exposta por Roosevelt. O destruidor de matas é a profissão mais valorizada e mais bem paga da região. O derrubador tem orgulho de exercer sua profissão, e a qualquer um que desconhece a dimensão de seu trabalho ele logo se vangloria: "Vocês que são lá do Sul, precisam ver que beleza é uma derrubada de picança, um monte de árvore caindo uma atrás da outra".

Sem punição

Todo este processo de ocupação, entretanto, alerta Betty Mindlin, antropóloga envolvida na defesa dos povos indígenas da região, é bastante conflituoso. Há índios que não querem de forma alguma contato com o branco. Já conheceram os reveses desta aproximação. Ao mesmo tempo, os migrantes sentem-se no direito de decidir o destino das florestas tropicais da região, da forma como bem entendem. Ao serem perguntados por que desmatam dessa maneira a floresta, os migrantes recém-estabelecidos dizem: "Vocês lá do Sul desmataram tudo e mataram todos os índios, nós aqui também temos o direito de fazer o mesmo". E, mais ainda, grande parte dos que possuem esta resposta acreditam que aqueles preocupados com os índios ou o meio ambiente estão em complô com os estrangeiros para ficarem com o resultado de seus trabalhos.

Esta visão também parece ser compartilhada pelo governo, já que a grilagem e o posseamento não são punidos, o desmatamento abusivo não é sequer comentado, há menos guardas florestais na região que no Shopping Center Eldorado e comprar uma moto-serra financiada é mais fácil e considerado mais importante que um plano de saúde.

Além do que, todo o Eldorado que parece ser Rondônia está cada vez mais circunscrito nas mãos de uma pequena elite. Nas áreas de terras mais férteis, mesmo em projetos de colonização para pequenos proprietários, há uma patente concentração de terras. Há pelo menos cem propriedades acima de dez mil hectares. As áreas de muita madeira e terras férteis já estão quase todas griladas. As riquezas minerais a cada dia estão mais reservadas apenas às grandes empresas, muitas delas multinacionais.

O verdadeiro aproveitamento das riquezas de Rondônia — a floresta e suas maravilhas — nem sequer é cogitado. A floresta tropical poderia ser fonte para novos alimentos, fonte medicinal, fonte energética, fonte de matérias-primas industriais, fonte de madeiras e derivados. Prefere-se, no entanto, aproveitar 5% da madeira de cada área e queimar o restante. Realiza-se este desperdício mesmo sabendo que a dois mil quilômetros dali, no Estado de São Paulo, não há mais madeiras de lei nativas, e as madeiras de Rondônia poderiam alcançar alto valor comercial. O imediatismo, porém, prevalece.

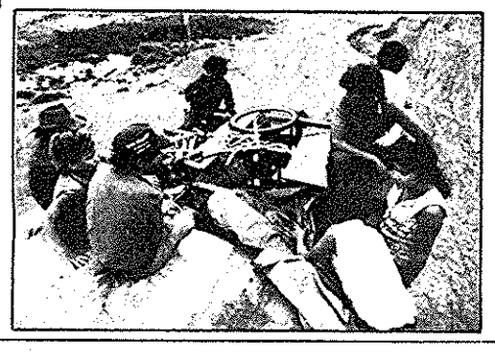
E, com isto, melhoram de vida os migrantes que para lá se dirigem? Este é um ponto difícil de responder, principalmente devido ao dinamismo como as coisas ocorrem em Rondônia. O que está claro, lembra Marcos Santilli, após cinco anos de convivência e registro de depoimentos na região, é que se troca a pobreza de sua área de origem por uma ilusão de riqueza. Existe apenas uma perspectiva, para a grande maioria, de difícil sustentação a longo prazo.

Para os colonos rurais, por exemplo, a aparente renda extraordinária proporcionada pela venda de toda madeira do lote é muito pouco diante da possibilidade de sua exploração racional ao longo de anos e anos. Ao mesmo tempo, a derrubada, queima e plantio de culturas não apropriadas à região em poucos anos esgota a terra e força o colono a migrar para abrir novas fronteiras. Esta opção de desmatar, vender um pouco da madeira e esterilizar a terra é, entretanto, a única conhecida pelos colonos. Se não fizerem isto eles morrerão de fome! Paradoxal?

Por que ocupar, então, Rondônia, se previamente já sabemos que tudo será destruído, desperdiçado e pouca riqueza será gerada? Esta é uma pergunta que nenhum dos decisores da região tem coragem de fazer. Eles preferem os benefícios mais imediatos e passar os problemas para frente, na verdade para seus próprios filhos e netos. Cada vez que se decide pela construção de uma nova estrada ou abertura de um novo projeto de colonização, decide-se pelo desaparecimento de dez mil anos de cultura indígena ou milhões de anos de sabedoria da natureza, ou seja, decide-se pelo empobrecimento geral do homem.

Nada escapa

Nem mesmo os parques nacionais e reservas biológicas estão isentas desta ameaça. Apesar de Rondônia possuir apenas 7,4% de seu território protegido por reservas e parques naturais, as suas quatro áreas de preservação são constantes alvos de posseiros, madeireiros e grileiros. Mais recentemente até o próprio governo que as protege vem planejando estradas retalhando os parques de Rondônia.



A reserva biológica do Guaporé, por exemplo, apesar de originalmente proposta para uma área de 1,4 milhão de hectares, foi restrita a meros 680 mil hectares. O departamento de estradas de Rondônia, no entanto, pretende cruzar a reserva três vezes com as rodovias RO-383, RO-377 e a RO-370! O mesmo ocorre com as reservas indígenas. Em toda a Rondônia, conforme Betty Mindlin, a área homologada para reservas indígenas é mínima frente ao total de grupos existentes. Há somente três reservas indígenas nessa situação: o parque do Aripuanã, o 7 de Setembro e o Lourdes. As áreas desses parques são algumas vezes menores que muitas das grandes fazendas que os circundam e os ameaçam diariamente.

No momento, todos os esforços estão canalizados para a criação do Parque Indígena dos Pacaá-Nova, que, juntamente com o Parque Nacional dos Pacaá-Nova, deverá ter 1,8 milhão de hectares. Nessa área se encontra o grupo autônomo Urueu-wau-wau. Além disto, é fundamental, segundo a antropóloga Carmen Junqueira, a homologação total para o parque indígena de Aripuanã, que ficaria então com três milhões de hectares, muito pouco se comparado às áreas de colonização privada e oficial e de grilagens do Noroeste mato-grossense e Sudeste de Rondônia.

Rondônia pode ser comparado a um menino adolescente, fogoso, mas inexperiente, esbanjando beleza, força, talento, mas dissipando tudo isto diante da banalidade geral. É um menino que gostaria de ser igualzinho ao velho Estado de São Paulo, com asfalto, energia elétrica, escolas, todas aspirações mais do que legítimas. Entretanto, está indo, este menino, pelo mesmo caminho de São Paulo, destruindo suas riquezas maiores, poluindo, criando conflitos e problemas sociais de difícil solução, possibilitando o surgimento de uma pequena minoria rica e a grande maioria indigente.

Há poucos indícios de criatividade em Rondônia, de disposição para resolver melhor seus problemas. Não há demonstração de desejo em aprender com os erros da ocupação das outras regiões. Ao contrário, há uma ignorância total da realidade regional, da importância dos antigos habitantes e da maravilhosa natureza. Há, até, uma pressa inconcebível e inexplicável. Que juventude é esta que se esgota em sua própria intolerância? O que quer demonstrar? Que é capaz de acabar com tudo mais rápido que seus antepassados? Ser melhor que os antecessores é obrigação, pois de mais meios se dispõe, mas ignorar a História é burrice.

Os dados são impressionantes. A população que cresceu 15,6% na década de 70, recorde na história brasileira, segundo o professor Cláudio Afonso Vieira, na década de 80 está crescendo a 22% ao ano!

Crescimento...

Das dez cidades brasileiras que mais cresceram na década de 70, seis são de Rondônia. Cidades como Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena e Rolim de Moura passaram de dois ou três mil habitantes em 1970 para 60, 70 e até cem mil em 1980. E continuam crescendo... Segundo dados oficiais, a migração para Rondônia de 12 mil em 78 passou a 50 mil em 80 e 153 mil em 84 e vem crescendo anualmente.

Os problemas, alerta José Juliano de Carvalho, também crescem na mesma proporção, principalmente quando se sabe que a política governamental está muito pouco preocupada em garantir efetivamente a estabilização dos produtores rurais da região. A administração governamental deixa muito a desejar na região, e falha em garantir a produção, dando preferência a abrir novas estradas e projetos indiscriminadamente. Isto só significa aumentar o fluxo migratório, a pressão por novas terras, o deslocamento maior de posseiros, conflitos sociais, conflitos com os índios, aumento dos problemas sociais, entre outros.

A malária, por exemplo, vem apresentando cada vez mais casos. Em 1979 eram constatados 125 casos por mil habitantes, em 1981 eram 76, mas em 1983 subiu para 80 e em 1984, para 112. Em locais recém-desmatados, como o projeto Urupá, a incidência chegou a 60% da população com malária em 1984. Este surto também foi favorecido pelo atraso de recebimento de DDT por incompetência da Cacex e Sucam, cujos encarregados deveriam ser responsabilizadas criminalmente pelo aumento de incidência da doença na região neste ano passado.

A verdade é que se decidiu pela ocupação de um território sem a definição de sua base fundiária, sem o zoneamento ecológico e agrícola, enfim, sem a determinação do que a Nação deseja de Rondônia e esta da Nação. E pior ainda, lembra Marcos Santilli, a rapidez deste processo é inédita na História da Humanidade. É preciso registrar tudo isto para que aprendamos bem esta lição e não a repitamos no resto da Amazônia. Mas como parar esta febre em destruir a própria casa?

Revisão total

Santilli, em seus cinco anos de viagens à região, rememora que em 1978 a estrada (a BR-364, Cuiabá—Porto Velho) era ladeada por matas cerradas. Um ano depois, estas estavam a 500 mil metros da estrada, dois anos depois não eram mais vistas da estrada. O mesmo ocorreu com as serrarias. Antes, havia uma a cada quilômetro, depois sumiram, no meio do mato.

Marcos Santilli questiona então: o que é progresso? Como é possível formar-se uma sociedade nestes moldes? Como conseguem viver num mesmo momento a civilização eletrônica dos satélites e as neolíticas? Será que estes migrantes, com a tradição de 500 anos de exploradores, deixarão de sê-lo em troca de uma nova proposta de civilização?

De qualquer forma é preciso registrar, anotar, gravar a voz dos últimos índios, fotografar as cidades, a mata, as pessoas e suas radicais transformações ao longo de poucos anos. O trabalho de Marcos Santilli é o de um viajante contemporâneo, mais bem equipado que os europeus que se dedicaram à Amazônia, com uma metodologia altamente desenvolvida e com o mesmo tom crítico necessário. Mas por que todo o milhão de pessoas que hoje vive em Rondônia em sua quase totalidade não se auto-observa criticamente e ignora a inviabilização de seu próprio futuro em algumas décadas? Será que repetiremos ali a façanha do Vale do Paraíba e seu ciclo de vida e morte?

Em 1860, um combativo jornalista deste vale paulista assim dele se referia: "Qual porém o flagelo que reduziu quase ao aniquilamento todos estes centros de comércio e da riqueza do País! Como se explica esta súbita transformação, esta passagem rápida de um estado de florescimento para este de fatal decadência que lhe sobreveio agora?"

Por quê? É fácil ser profeta num país que não possui sequer a dignidade de preservar seus mais altos valores: tudo se perderá. Será que deixaremos tudo isso acontecer e ficaremos omissos diante deste estado de sítio?

A nossa postura perante Rondônia merece uma revisão total. Ou assumimos conscientemente, este país, ou a Amazônia estará perdida em meio século. Esperamos que lá no ano 2035 possamos conhecer as matas e riquezas de Rondônia tal qual elas hoje se encontram, e não através de fotografias de viajantes e algumas páginas de velhos jornais.